



PEDRO MEIRA MONTEIRO

**“O interesse pelo Brasil se acendeu,
e não acho que vá se apagar tão facilmente”**

Os avanços sociais, políticos e econômicos do país nos últimos anos despertaram o entusiasmo de nosso povo e a atenção do mundo, irmanados na crença de que finalmente havíamos decolado. Todavia, as retumbantes manifestações do ano passado se somaram às más notícias econômicas para acordar o velho temor de que, em nosso caso, a crise seja uma espécie de condição crônica.

Em momento tão nebuloso, nada mais oportuno do que conversar com Pedro Meira Monteiro, que, formado pela Unicamp e pela Universidade de Versalhes, é professor da Universidade de Princeton desde 2002, vive dando palestras pelo mundo e vem ao Brasil com regularidade. Contribui ainda para aprofundar sua visada dos impasses que enfrentamos uma atuação multifacetada e sempre voltada para os trópicos, que inclui a edição do periódico *ellipsis* e, em parceria com colegas de sua própria instituição e da USP, a coordenação da Rede Global Colaborativa “Raça e Cidadania nas Américas” (RACA).

Dedicado à literatura e à história cultural, o dublê de docente e ensaísta tem uma vasta lista de textos publicados, entre artigos e livros de sua autoria, além de coletâneas que organizou sozinho ou em parceria. Em meio a vários autores que pesquisou com afinco, destaca-se Sérgio Buarque de Holanda, de quem, inclusive, está escrevendo a biografia. Quem sabe o lançamento do olhar, a um só tempo, para o horizonte e as raízes nos ajude a compreender o que está acontecendo?

É o que Pedro Meira Monteiro faz nesta entrevista concedida a **Dau Bastos**, na qual analisa diferentes interfaces do Brasil com o exterior, com ênfase na literatura. A argúcia e o criticismo são duas características a perpassarem suas respostas, em movimento que as imuniza contra qualquer traço de ufanismo, tanto quanto respalda sua aposta de que, apesar dos reveses atuais, nosso país entrou definitivamente na pauta do planeta.

Um dos textos que mantive em mente durante a elaboração do projeto de pesquisa sobre a presença da ficção brasileira contemporânea nos campi norte-americanos foi um ensaio em que você afirma que “nos últimos anos parece haver um reaquecimento da reflexão sobre o Brasil nos Estados Unidos, especialmente no âmbito dos estudos literários”. No entanto, mal cheguei à Universidade de Stanford – para pesquisar a recepção de nossa ficção contemporânea nos campi estadunidenses –, as grandes cidades brasileiras foram tomadas por manifestações gigantescas, cujo efeito imediato, ao menos em minha cabeça, foi de desmonte da ideia de emergência. Os dados econômicos apenas reforçaram essa impressão, que me leva a lhe fazer uma pergunta que também venho me fazendo: nosso país realmente está dando passos largos, ou fomos vítimas de mais uma ilusão, como o milagre econômico que a direita forjou durante a ditadura e a expectativa vivida décadas depois, quando a esquerda ascendeu ao poder?

O reaquecimento da reflexão sobre o Brasil é real, e não apenas nos Estados Unidos. Suspeito que tal interesse não se limite ao *boom* momentâneo da economia, referindo-se antes ao casamento entre a ainda incipiente – e feliz – abertura internacionalizante no meio

acadêmico aqui e alhures, e certo apelo do Brasil como possível “parceiro global”, para utilizar a retórica da sedução que está em jogo. A questão é complexa. Por um lado, compartilho o susto e a sensação de que, afinal, a verdadeira “marola” (refiro-me à inteligente bravata de Lula, quando supôs o Brasil fora da crise mundial de 2008) talvez tenha sido o entusiasmo com o país como “bola da vez”. Há muita cegueira em ver o Brasil como bola da vez, entre outras razões porque há inúmeras bolas no jogo, e os BRICS são só um dos vetores de uma engenharia mundial complexa, que não se limita à economia, mas tem suas dinâmicas próprias no âmbito da cultura e das relações internacionais. Assim sendo, esse “impulso” inicial, de um ampliado interesse pelo Brasil, não terminará apenas porque os indicadores econômicos não estão cumprindo a função de confirmar a ilusão do crescimento e do arranque. O jogo é simbólico também: a economia pode fraquejar, e até a democracia pode revelar suas fissuras, mas o interesse se acendeu, e não acho que vá se apagar tão facilmente. Tal interesse depende aliás de fatores que vão muito além de nós, individualmente, mas tem a ver, de diversas formas, com o trabalho que fazemos dentro e sobretudo fora do Brasil, *sobre o Brasil*.

O movimento das ruas, por complexo e enigmático que seja, é o índice gritante de uma *presença* de agendas que o pacto democrático convencional não acolhe nem entende. A mídia, então, mal consegue acompanhar esse animal novo e desconhecido. Os conservadores simplesmente dizem “eles não têm objetivo algum” e os que supostamente não são conservadores se assustam com a “falta de limites” dos manifestantes, seu “oportunismo” etc. É uma combinação estranha, nova, mas não acho que devamos lê-la, necessariamente, como sinal

de um esgotamento, ou de uma falha naquele impulso que parecia mais claro há alguns anos. Dou um exemplo comezinho, anedótico, mas talvez útil para entender o que estou tentando sugerir: nosso programa de verão de português, que a cada ano leva 25 alunos de graduação de Princeton ao Rio de Janeiro, para que passem um mês estudando língua e cultura, morando em casas de família etc., tem sido um grande sucesso. Entretanto, em 2012 não houve um único incidente; já em 2013 houve vários pequenos incidentes (roubo, furto etc.). É claro que uma amostragem tão pequena (50 estudantes, em dois anos de um programa de língua) não tem valor sociológico para medir coisa alguma. Mas, no plano não mensurável das impressões e sensações, ficou claro, para os que dirigimos o programa, que algo aconteceu entre 2012 e 2013. No ano passado a situação no Rio já não era tão “tranquila”. Não me refiro exclusivamente às manifestações de junho, mas também à reorganização do tráfico de drogas, à politização do debate sobre segurança pública, à discussão das UPPs, o caso Amarildo etc. Mas, francamente, não acho que a “falta de tranquilidade” seja necessariamente má. Tampouco creio que ela seja o sinal de que o arranque econômico era tão só um tranco momentâneo, como se a história tivesse nos enganado e agora fôssemos os guias de um parque fantasma. Ao contrário, penso que a situação “instável” seja o sinal de que algo está em movimento. As novas camadas de consumidores (gostemos ou não do fenômeno, chamemos ou não de “classe C”) são um fato, e é com esse fato que devemos lidar, isto é, aí está o elemento inicial de um empuxe que mal se esboçou ainda. Se Oswald de Andrade escrevesse seu manifesto hoje, talvez dissesse: “o consumo no Brasil é o acontecimento religioso da raça”. Tudo incógnita, mas uma incógnita interessante.

A Copa, por exemplo, é a incógnita das incógnitas, e não falta quem leia os avanços e recuos como sinais inequívocos de algo que está fora do campo. Embora eu resista à leitura alegorizante do jogo nacional, não há dúvida de que começamos com um gol contra e levamos uma surra quando se tratava de jogar como gente grande. Há muito o que pensar sobre a nossa relação com o futuro e com a autoridade: avançamos sob o olhar a um só tempo severo e bondoso do Pai-técnico, que protege os meninos de qualquer intempérie e assume a culpa pelos males da pátria. Mas o jogo, se encarado a sério, é mais que isso, e permite mais que isso: ele estimula o embate com o Real, tornando efetiva a possibilidade da derrota, o que não é o fim do mundo... A tensão aguda entre o #vaitercopa e o #nãovaitercopa é sinal de que se vive na oscilação imaginária entre o tudo e o nada, o sucesso absoluto, que faz jus às expectativas mais altas (uma forma de narcisismo, como sugeriu Nuno Ramos recentemente?), e o descalabro que prova que não prestamos. Não é preciso deitar o país no divã para perceber que a ideia de que “tudo está errado”, dos estádios à presidenta, é infantil e destina o sujeito (coletivo) à inação. Acho que convém olhar com atenção para o que acontece dentro e fora dos campos. O futebol é um fenômeno complexo, e é uma expressão profunda do estado da civilização. Se alguém duvida disso, que leia o *Raízes do Brasil* do século XXI: *Veneno remédio*, de José Miguel Wisnik. Ali estão cifrados os problemas do nosso futuro, ou seja, ali se lê, com propriedade e imaginação, o “percurso do nosso tempo” (para jogar com a expressão recente de Roberto Schwarz, em seu diálogo com Caetano Veloso).

As conversas que travei nos Estados Unidos me deixaram a impressão de que quem não acompanha a situação de nosso país ainda o associa à

emergência, reforçada pelos grandes eventos esportivos de 2014 e 2016. No entanto, aqueles que podemos chamar de brasilianistas percebiam, entre outras coisas, que um percentual alto de brasileiros chegava a rejeitar sumariamente a Copa do Mundo, daí terem retomado ao menos parte do pessimismo de outrora. Em sua opinião, como o Brasil está sendo percebido por quem mora nos Estados Unidos? E você, como vê nosso país neste momento?

Quando sugiro que em *Veneno remédio* estão cifrados os problemas do nosso destino, penso justamente naquilo que Wisnik chama de “variação ciclotímica”, que ele identifica a um “complexo” que nos perseguiria, conforme acabo de formular: ou somos os melhores ou não prestamos para nada. Ou tudo ou nada. Para ele (e estou plenamente de acordo, no plano da crítica literária), a perfeita sátira desse estado de coisas é o emplasto Brás Cubas. Em certo sentido, poderíamos dizer que Machado de Assis disse algo assim: enquanto nos considerarmos portadores da solução de todos os males, não resolveremos nada; na verdade, ainda morreremos disso. O ponto é que a sensação de que estamos voltando para trás (o “pessimismo de outrora” a que você se refere) é a incapacidade de ver que de fato avançamos, embora o brilho prometido fosse ilusório. Ele sempre é, aliás.

Nem entro na discussão do problemático princípio identitário que permite falar em nome do país (“nós”, “nosso” etc.). Fico aqui apenas com a questão dessa variação ciclotímica que dá tom à ameaça de que “não vai ter copa” (refiro-me, como bem se sabe, a um dos lemas do movimento que se espalhou pelas redes sociais e, em alguma medida, pelas ruas). Por que não deveria haver? Associar a Copa do Mundo à alta e lesiva malandragem da FIFA, da CBF e

quejandos é fechar os olhos à complexidade do fenômeno e ao que ele traz de mais interessante, ao expor a questão: o país deve ou não sustentar uma imagem que, quanto mais primeiro-mundista, mais se desconecta da sua realidade? Esse descompasso sugere uma espécie de “ideias fora do lugar”, só que referidas às expectativas em torno de um “padrão internacional” a ser atingido, cuja inviabilidade parece evidente, quando se atenta para o próprio umbigo. Em suma, parece que seria saudável evitar a sinuca do binômio “emergência ou descalabro”.

Penso que não haja, para os que não são brasilianistas, clareza quanto a tudo isso. Há certo entusiasmo com os jogos (Copa e Jogos Olímpicos) e um pouco de dúvida em relação às manifestações, que são enigmáticas. Aliás, são enigmáticas para nós (brasilianistas e/ou brasileiros) também. É uma forma da política ainda desconhecida, que negocia com os corpos nas ruas, mas se mantém conectada na esfera digital. É outra sorte de vibração, que ainda não entendemos. Muito complexa, porque a palavra de ordem não é mais única nem epifânica. Não há mais uma “Marianne” que leve a República adiante. São vozes múltiplas, que ultrapassam o que a crônica dos tempos pode revelar. Alguém deveria escrever um ensaio com o título daquele famoso texto de Barthes (“A morte do autor”), que se chamasse “A morte do jornalista”. E, nesse sentido, nós, críticos, somos todos “jornalistas”, porque gostaríamos de narrar o que acontece, sem que seja de fato possível fazê-lo. Ao menos, não com os instrumentos com os quais fomos formados e com os quais ainda ensinamos a ver o mundo.

Independentemente de aumentar ou diminuir o interesse pelo nosso país, não há dúvida de que não temos escolha senão fazer o possível para ampliar

sua presença mundo afora, sempre na esperança – talvez quimérica – de seu fortalecimento internacional contribuir para a melhoria do conjunto de nossos compatriotas. Nesse sentido, o que acha que vocês, que trabalham com a literatura pátria no exterior, podem fazer, dentro e fora da universidade, para torná-la mais conhecida? E nós, que atuamos no Brasil?

Há que ampliar sempre a presença da literatura brasileira no exterior. Talvez um bom começo seja o questionamento da ideia plácida de um “exterior”. Os espaços que criamos e recriamos cotidianamente nas universidades estrangeiras, por exemplo, com os programas de língua portuguesa e literatura brasileira (ou “lusó-asio-afro-brasileira”, para ser mais generoso e correto) são espaços híbridos, complexos e multilinguísticos. Não são rincões, ou guetos em que nos aquartelamos com o “nosso tesouro”, nem são espaços neutros, como se falássemos de uma universal “literatura comparada”. Há especificidade no que fazemos e há zonas em que essa especificidade se encontra com as especificidades de outras línguas e culturas, criando um diálogo. O que fazemos é isso: levar a língua e a literatura (ou, mais abrangentemente, a “cultura”), para expô-las. Não quero com isso sugerir que sejamos missionários a levar a boa-nova àqueles que ainda não conhecem a transcendente beleza do que fazemos e somos. Ao contrário, somos apenas os operários de um campo de provas em que a língua e a literatura são postas sobre a mesa, negociadas e confrontadas com o tesouro alheio.

Tenho a grande esperança (talvez ilusão?) de que, com o crescimento do interesse sobre o Brasil, vejamos um adensamento, fora do país, da reflexão crítica sobre a literatura e a cultura brasileiras. É claro que tal reflexão sempre existiu, mas acho que ela vem se tor-

nando mais ampla e profunda. Talvez no passado o “brasilianista” fosse aquele que ia buscar o diálogo e as fontes do seu trabalho no Brasil, durante o verão ou nos períodos de pesquisa. Nesse mesmo passado (um passado hipotético, porque se trata apenas de uma suposição), os brasileiros que trabalhavam fora do Brasil se sentiam mais isolados, distantes dos centros do debate e muito limitados em seu poder de fogo, como críticos. Talvez se sentissem apenas “divulgadores”? Mas agora, que o quadro se alterou, que há uma nova geração de brasileiros/brasilianistas aprendendo a lidar com o espaço ampliado dos estudos luso-brasileiros fora do Brasil, e agora também que a comunicação digital permite contatos mais rápidos e eficientes, é possível que aquilo que se produz fora passe a importar no Brasil, de uma forma que não importava antes. É possível intervir no debate, ser parte dele, publicando em português, inglês e espanhol. No dia em que as grandes universidades brasileiras tiverem realmente em seu radar alguns centros de estudo fora do país, que não sejam mais apenas pouso para um pós-doc ou para um par de palestras, penso que aí teremos feito o que devemos sempre fazer: borrar as fronteiras e assumir que a voz crítica pode vir de fora do país. O Brasil ainda é incrivelmente provinciano, em sua bastança (e imaginária abastança...). Universalizar-se não é simplesmente falar inglês e galgar postos nos suspeitíssimos índices de excelência acadêmica, nem estampar estrelinhas noattes, ou colecionar “pós-doutorados” pelo mundo. Universalizar-se é também assumir que o que produzimos pode ser tão importante quanto o que se produz fora, desde que se perceba quão relativos são o “fora” e o “dentro”. Quanto ao que se pode fazer especificamente no Brasil, sinto-me um pouco acanhado, afinal estou há doze anos “fora”, e seria inde-

coroso pontificar sobre o que se deve ou não fazer, estando no Brasil. Mas tenho muita gana de ver chegar o momento em que a voz crítica que vem de fora seja por fim reconhecida e ouvida, para que então os que nos visitam no “exterior” percebam que lugares como os que construímos cotidianamente são parte natural do cenário do debate crítico brasileiro. Este será o momento em que o “exterior” não será mais tão exterior assim. E se estas hipóteses estiverem corretas, acho que todos sairão ganhando.

Na UFRJ, a graduação tem um percentual razoável de alunos que estão na Faculdade de Letras para aprender idiomas e, entre esses estudantes, vários veem como perda de tempo estudar literatura brasileira, à qual opõem uma resistência que nos obriga a usar dos mais variados artifícios para torná-la atraente. Conto isso para estimulá-lo a ir longe no relato de sua experiência de apresentar nossa ficção e nossa poesia para estudantes nascidos nos Estados Unidos e em outros países, em todo caso desconhecedores da existência de um sujeito chamado Machado de Assis ou de uma senhora de nome Clarice Lispector. Como se dá o jogo entre “desnaturalização da importância do objeto literário” (para usar uma expressão próxima do que você disse em depoimento ao Conexões Itaú Cultural) e a conquista da atenção para o valor da produção de nossos autores?

É uma pergunta difícil, de vastas consequências. Seria tentador, embora equívoco, voltar à ideia de uma “missão” e responder como um propagandeador do valor perdido da literatura. No entanto, parece-me que a nossa tarefa, ao menos quanto àquilo que você pergunta, é rigorosamente a mesma, no Brasil e fora dele: tornar

interessante e significativa (portanto, atraente) a experiência da leitura. Não acredito em receitas ou segredos, mas creio na possibilidade de uma “transferência”, em sentido psicanalítico: o que nos importa como sujeitos pode importar para o Outro, que embarcará na nossa viagem na exata medida em que estivermos, nós mesmos, viajando a pleno vapor, na sala de aula.

A viagem da literatura tem a ver com o deslocamento do sujeito, que, como bem sabemos, pode se dar à roda do quarto, pelo Oriente distante, por paisagens inóspitas e desconhecidas ou por meio do desconhecido que insuspeitadamente nos aguarda na esquina de casa. Tenho um pouco de receio da utilização, hoje em dia, da palavra “desterritorialização”, porque ela muitas vezes soa como um troféu reservado àqueles que superaram as fronteiras e os preconceitos nacionais. Que qualquer literatura, por sua natureza mesma, nunca tenha sido inteiramente “nacional” é uma questão já antiga: são os românticos que se entregam à paisagem e descobrem nela os valores de uma Europa idealizada, os modernistas que se imaginam devoradores do prato alheio etc. Mas, de uma forma ou outra, e tomado o devido cuidado com as palavras, a literatura *desterritorializa*, no sentido de sacar o leitor de um local que ele supunha conhecido, para transformá-lo em outra coisa. Transformá-los a ambos, aliás: o lugar e o leitor. Para isso, é preciso paciência, paixão, leitura continuada, informações mínimas, contexto, análise de texto, enfim... tudo o que um bom professor de literatura deve almejar trazer para a sala de aula. Mas é preciso também compromisso e exercício de leitura do outro lado, e aí sabemos que a batalha é difícil e muitas vezes inglória. Não acredito que nós, na universidade, possamos mudar muito o quadro calamitoso dos leitores despreparados de

hoje em dia. Essa é uma tarefa muito mais ampla e profunda, e depende de um choque no plano das políticas de educação, sem o qual o barco afundará, ou continuará à toa. Mas na universidade podemos ao menos “caçar” os leitores interessados e capacitá-los, isto é, torná-los leitores apaixonados, independentes e autônomos. Talvez, no meio do caminho, com sorte, alguns desgarrados pularão para dentro do barco e entenderão que a literatura foi feita para desestabilizar e adensar a compreensão, e não para dar respostas às questões que o mundo nos coloca. Esse é o pulo do gato que nos une e que, num mundo tão mergulhado na ideia do “sucesso” e dos “objetivos claros”, torna-se uma tarefa bem difícil, quase quixotesca. Mas o Quixote, apesar de todas as aparências em contrário, sabia o que estava fazendo, ao tornar-se um personagem real...

Outro dia, ouvi um americano especialista em música brasileira dizer que os sons produzidos em nosso país estão cada vez mais cosmopolitas. Isso me fez pensar em sua defesa de uma literatura brasileira mais universal. Pediria que desenvolvesse seus raciocínios a respeito, se possível incluindo Jorge Amado e Guimarães Rosa na conversa.

É um continente, isso de Jorge Amado e Guimarães Rosa... Tenho uma grande curiosidade sobre a utilização do termo “cosmopolita”, que me parece uma espécie de coringa no jogo da internacionalização e nesse “negócio” que é a cultura. O termo pode ser mais ou menos interessante, a depender de como é empregado, em que contexto e com que fins. No caso da música, parece-me produtivo utilizar a noção de cosmopolitismo para averiguar e avaliar o quanto a produção musical (por ser mais complexa que o discurso

letrado, incluindo textura tímbrica e rítmica, além do jogo entre letra e sons, é claro) é porosa, isto é, quanto a música oferece de um tecido onde vão se plasmar formas oriundas de diversos lugares e tradições. Os sons viajam mais rápido que as letras no papel, além de serem acessíveis como instrumento também para as camadas não letradas, semiletradas ou simplesmente desinteressadas no letramento formal. Nesse sentido, a música pode ser mais facilmente “cosmopolita” (penso no significado que pode ter a expressão quando olhamos para as pesquisas de Christopher Dunn ou Charles Perrone, por exemplo). Quanto a ser mais cosmopolita em nossa contemporaneidade, é possível porque à indústria fonográfica se soma hoje a circulação digital dos sons, que aliás põe em questão e em suspenso essa mesma indústria. Podemos dizer que a busca pelo “popular”, para uma enorme parcela da MPB, tendia à procura de elementos mais “puros”, estáticos e “genuínos”, tendendo para a ideia congelada de uma música verdadeiramente nacional. O tropicalismo é o grito autoconsciente que, ao fazer as pazes com a indústria cultural, permitiu trabalhar com as “raízes” sem confundi-las com o autêntico, o telúrico etc. Mas depois disso vem a *digitalização*, que é tropicalista por sua natureza mesma: ela embaralha, bagunça, rompe fronteiras e confunde as esferas da autoria e do plágio. O belíssimo potencial “pirata” do mundo digital é a fronteira dessa porosidade que se pode atribuir à música, e que talvez se possa chamar de “cosmopolita”, voltando à raiz do termo, o qual pressupõe o cosmos como casa do sujeito.

Há algum tempo venho me perguntando se a “casa do ser”, segundo a expressão com que Heidegger celebrenemente cunhou a poesia, poderia ser localizada, hoje em dia, na esfera digital. A verdade da

expressão do sujeito talvez não deva mais ser buscada nas formas puras de sua “individualidade”. Este é um problema enorme, que o pensamento pós-moderno mal arranhou, e que agora ganha sua forma política quando nos vemos diante dos limites e talvez da falência de toda uma noção do indivíduo. Afinal, o indivíduo tinha uma casa, um lugar a que pertencia, e agora essa casa e esse lugar são poderosamente “invadidos” pelo mundo, numa escala inédita. Essa é uma forma de cosmopolitismo, que ademais nos deixa a batata quente nas mãos: o que (ou onde) é então a casa do ser?

Não defendo uma literatura cosmopolita como programa a ser aplicado. Todos os que estudamos o mundo letrado sabemos do paradoxo de que a mais universal das literaturas é a que mais sabe escutar o local. Esta é uma das questões das vanguardas, mas é um problema de todos os tempos. Guimarães Rosa e Jorge Amado, para responder à sua provocativa pergunta, são dois casos extremos de atenção a esse paradoxo. De um lado, o sertão é o mundo, Dante aparece na boca de Riobaldo, o romanceiro ibérico surge nos sons e nas cantigas que dão forma e charme à literatura rosiana. De outro lado, Jorge Amado tematiza (com menos apuro estético ou estilístico, é verdade, mas com grande alcance de imaginação e um evidente apelo de mercado) as coisas da Bahia, e de uma Bahia mítica e histórica num único tempo. São e não são apenas coisas locais. Mas não se trata de chegar a alguma linguagem “universal”, e sim de descer ao mais fundo de uma experiência *significativa* que, por significativa, será traduzível para o Outro. “Traduzível” em sentido amplo: como *traslado* da experiência, que tradicionalmente aprendemos a entender como ameaçada pela reprodução dos meios técnicos. Walter Benjamin continua soberano quando se trata de

entender o problema da recuperação angustiada da *experiência*, que a aceleração e a desterritorialização poriam a perder.

A questão moderna, que estamos vivendo num grau com o qual os frankfurtianos talvez nem tenham sonhado, é que a experiência já passa pelos “meios”, ela já é um caminho a ser trilhado no plano digital – a menos que uma improvável sociedade alternativa resolva propor um novo regresso aos bosques. Mas temo que Walden e todas as ilhas imaginárias em que nos protegemos dos malefícios do mundo não existam mais. Ou talvez nunca tenham existido, pelo simples fato de que levamos o mundo conosco, queiramos ou não, gostemos ou não. Não há isolamento quando se iniciou a aventura da linguagem e da literatura. Com isso quero dizer que somos cosmopolitas sempre que falamos e empregamos elementos diversos para nos fazer entender: respiramos com o mundo. O mundo pode estar cada vez mais insuportável, mas é tudo o que temos... Se não quisermos morrer, é melhor respirar com ele. Talvez essa seja uma forma de fugir à díade simplista de cosmopolitismo *versus* provincianismo. A literatura só vive fora desses extremos.

Na UFRJ, temos recebido cada vez mais estudantes estrangeiros interessados na ficção e na poesia brasileiras, entre os quais alguns chegam a traduzir e publicar textos literários de nossos compatriotas em seus países de origem. Mas vejo isso ocorrer basicamente na Europa e, mesmo assim, em editoras pequenas. Enquanto isso, encontrei uma matéria intitulada “A América boceja diante da ficção estrangeira”, publicada no New York Times de 26/7/2003, na qual o jornalista comprova, por meio da coleta de vários depoimentos de profissionais de editoras comerciais e universitárias estadunidenses, que nunca se teve tão pouco interesse

pelos contos e romances produzidos em outras nações. Você acha que a ficção brasileira contemporânea tem alguma chance de escapar a essa tendência de fechamento para as demais literaturas, registrada no meio editorial norte-americano?

Evidentemente, a circulação de boa literatura estrangeira nos Estados Unidos ainda é muito pequena, sobretudo quando se pensa no volume do mercado livreiro norte-americano. Mas tenho a impressão de que as coisas vêm mudando, ainda que a passo bem lento. Recentemente ouvi, de uma importante tradutora, que trabalha sobretudo com traduções do espanhol e do francês para o inglês, que os números se alteraram significativamente nos últimos dez anos (o que coincide exatamente com a época posterior à data da matéria a que você se refere, no *New York Times*). Por outro lado, tenho sido consultado por editoras norte-americanas e europeias sobre literatura contemporânea brasileira e, ao menos num caso, sobre uma obra clássica da literatura brasileira que deve ser traduzida para o inglês. Os desafios são imensos, mas o campo de “translation studies” vem se afirmando e já ocupa um espaço importante no mapa acadêmico, o que não é casual. Por outro lado, vejo o aumento do interesse por traduzir, como você notou também na UFRJ. Temos formado alguns tradutores muito bons em Princeton, e creio que esta seja uma tendência por todo o país, nos últimos anos. Desse esforço, nos programas de português das universidades norte-americanas, podem surgir novos tradutores, capazes de trabalhar com a complexidade de uma transposição literária, que exige grande preparo técnico e também convivência com outras culturas. Já existe uma lista de tradutores competentíssimos, é claro, mas ela é pequena, e talvez esteja se ampliando.

Suspeito, portanto, que haja uma abertura no horizonte, não um fechamento. Ainda é muito pouco, mas é um começo, que aliás pode selar um compromisso importante com a tradução, no nosso trabalho de formação nas universidades estrangeiras (e brasileiras, como você bem nota).

O trabalho realizado com a literatura brasileira nas universidades dos Estados Unidos é responsável pela criação de uma comunidade de leitores em português, o que, levando-se em conta as barreiras que a literatura produzida no Brasil enfrenta para atravessar as fronteiras e o perfil dos receptores formados nos campi, já é extremamente valioso. Todavia, para circular fora do meio acadêmico, os textos precisariam ser traduzidos e publicados. Ora, atualmente muitas editoras têm conseguido viabilizar a produção de textos com público em potencial reduzido graças a mecanismos como e-book e assemelhados. O que acha da ideia de instituições de ensino brasileiras e estrangeiras se associarem com vistas a colocar em circulação, em inglês, uma biblioteca básica brasileira?

Pode ser uma ótima ideia, que talvez devesse estar associada a centros de excelência em que se estejam formando tradutores. Algo nessa linha, embora limitado a um único lugar, já está em curso no caso da University of Massachusetts em Dartmouth, tanto com a “Brazilian Literature in Translation Series”, dirigida por João Cezar de Castro Rocha, quanto com a “Luso-Asio-Afro-Brazilian Studies and Theory Series”, dirigida por Victor K. Mendes, e também a “Adamastor Book Series”. Nos três casos, embora com escopos diferentes, a tradução ocupa lugar central.

Quanto à possibilidade de trabalhar com públicos reduzidos em função do e-book, tenho algumas dúvidas. Uma parte fundamental da produção do livro continua intacta, mesmo no caso de livros em formato eletrônico: seleção de catálogo, revisão, editoração e produção final. E há a questão dos direitos autorais, no caso de obras modernas ou contemporâneas, bem como da tradução, que é sempre custosa. O que se altera substantivamente são os custos de produção em papel, que desaparecem ou são transferidos para o leitor (no caso de *print on demand*). Mas isso é apenas uma parte do processo de produção.

Insisto, contudo, que talvez estejamos vivendo um bom momento, de aumento no interesse pelas traduções. No quadro atual de fusões das grandes multinacionais livrarias, vejo alguns elementos positivos (em meio a uma consolidação do mercado e dos grandes grupos que me preocupa, é claro). Penso nas novas traduções para o inglês e na entrada, no catálogo em língua inglesa, de clássicos da literatura brasileira. É o caso dos clássicos Penguin, que começam a abrigar mais obras brasileiras, enquanto no Brasil, graças à fusão com a Companhia das Letras, a Penguin (agora Random House) lança seus próprios clássicos “universais” em tradução para o português, em alguns casos com novos prefácios ou aparato crítico modificado. Ou, então, vê-se a adição de novos títulos ao catálogo dos “clássicos” publicados no Brasil. Trata-se de uma interface interessante entre os mercados editoriais em língua portuguesa e em inglês. O mais importante é que a própria noção de clássico se altera, porque o “clássico” passa a circular mais livremente entre dois mundos e duas línguas. É uma questão a pensar: o mercado, a leitura e sua legitimação.

Seu blog pessoal, sua página de docente da Universidade de Princeton e os livros que você andou escrevendo ou organizando deixam perceber uma pluralidade de interesses bastante enriquecedora, que abrange uma fatia considerável de nossa literatura e se estende a outras artes. Nesse conjunto, que lugar você reserva à ficção brasileira contemporânea?

Gosto de imaginar que a presença da literatura contemporânea em sala de aula ajuda a relativizar o peso que tem a literatura canônica. A produção contemporânea ainda não se cristalizou na hierarquia rígida que sustenta o cânone, o que nos permite criar entradas interessantes para a compreensão da literatura brasileira, fora das expectativas criadas pelo cânone, livrando-nos um pouco de seu peso. Sobretudo, por meio da literatura contemporânea é possível perceber o que a literatura canônica deixou como inspiração ou como obstáculo – e às vezes o obstáculo é justamente a inspiração dos escritores mais novos.

Tenho menos tempo do que gostaria para acompanhar a produção contemporânea, mas estou atento, na medida do possível, ao que se tem publicado no Brasil. Tenho prestado especial atenção à tendência a buscar espaços íntimos e gestos mínimos na prosa contemporânea, que dá o tom àquilo que Denilson Lopes chamou de “delicadeza”, num livro que me fez pensar bastante quando o li, há alguns anos. Penso especialmente em Adriana Lisboa, José Luiz Passos e João Anzanello Carrascoza, para ficar só com estes. São exemplos de poéticas (romance, nos dois primeiros casos, e conto, no último) que evitam o comentário cru e direto do descalabro contemporâneo. Sempre que há um sentido de “absurdo” nesses autores, ele parece ter sua fonte no próprio sujeito, e não

no ambiente ou na sociedade que o enformam. É uma literatura de intimidades, de trajetórias interiores complexas.

Quanto ao meu blog (“pena vadia”, numa alusão à expressão de Machado de Assis no *Memorial de Aires*), é um exercício que me é muito caro, e que tem a ver com o espectro do “contemporâneo”. Nele, é possível manter o radar ligado e voltado para textos e referências que vão surgindo no dia a dia. Trata-se de um movimento duplo, de escuta e escrita, atenção e expressão. Talvez se possa dizer que toda escrita é assim, mas o blog, além de reunir aquilo que tenho publicado em jornais e revistas no Brasil, cumpre a função de suporte de uma escrita “não acadêmica”. Tem sido para mim a forma de manter o balanço entre a urgência e a pausa, a rapidez e a ponderação. É também uma forma de perguntar pelos novos meios e por sua influência sobre a escrita contemporânea.

Aprendi que o blog reproduz uma forma já quase caduca de escrita: o diário do escritor (no caso, um “escritor-crítico”). Portanto, é uma forma de resistência, já que a prosa que nele se fixa depende de uma temporalidade somente possível diante da “parada do pensamento” (jogo aqui livremente com outra expressão de José Miguel Wisnik, que com ela se refere àquilo que o discurso não pode jamais tocar, porque se trata da poesia em seu momento auroral, de pura melodia – daí a “parada” do pensamento, que o torna reverente diante do mundo). Ou seja, é preciso parar e respirar (*respirar com o mundo*, segundo a velha metáfora da leitura como respiração, que utilizei há pouco), para então buscar a expressão capaz de fixar um sentimento, uma angústia ou uma intuição. Ultimamente tenho experimentado uma forma de espelhamento do blog no Facebook: cada “post” no blog se converte imediatamente numa entrada no Facebook, onde

mantenho uma página (não pessoal), também chamada “pena vadia”. O Facebook é um espaço de expressão que me irrita bastante, porque pode ser claustrofóbico e muito pobre. Mas tem sido curioso perceber que as entradas que estariam “seladas” e “caladas” no blog ganham vida nos comentários e nas reações do Facebook. A ampliação do conjunto de leitores (leitores que se “cutucam” e vão indicando uns aos outros o que ler, ver ou escutar) é notável, e é essa a forma de leitura das novas gerações (supondo que as novas gerações se mantenham fiéis às redes sociais, o que é uma incógnita, já que o Facebook parece estar envelhecendo rapidamente).

Não trago essas questões à baila para simplesmente falar de mim, mas sim porque a contaminação do espaço tradicional da escrita (o diário, o blog) pelo tempo frenético das redes sociais (a superficialidade dos comentários, o quase invariável tom de fofoca das opiniões, mas também a rapidez inteligente de algumas tiradas e o humor que pervade o meio) pode ser uma forma de compreender as transformações da literatura contemporânea, dentro e fora do Brasil. Não me refiro apenas ao sucesso das formas breves (microrrelatos etc.), mas a uma *poética* que depende do diálogo entre o tempo acelerado daqueles que não podem tirar os olhos do telefone ou da tela e um outro tempo, arrastado e único, ditado pela leitura tradicional (uma letra após a outra). Desconfio que haja aí algo a ser pensado: a leitura levada a seu limite e a crise do relato tradicional. Sem pensar nessas questões, dificilmente conseguiremos divisar as mudanças, se houver, da literatura contemporânea.

Gostaria que oferecesse ao nosso leitor uma ideia da comunidade formada pelos professores de literatura brasileira espalhados pelo mundo.

Quem são esses docentes? Como se comunicam entre si? Que eventos e periódicos organizam?

Um canal para compreender um pouco esse trabalho pode ser encontrado no excelente espaço que o Itaú Cultural criou ultimamente, com o “Projeto Conexões”. Recomendo vivamente, porque ele contém respostas muito mais interessantes e complexas que as que eu poderia oferecer aqui: <http://conexoesitaucultural.org.br>.

No mais, há as associações profissionais (APSA, BRASA etc.), as publicações (*ellipsis*, *Portuguese Literary & Cultural Studies*, *Luso-Brazilian Review*, para ficar com as publicações baseadas nos Estados Unidos e dedicadas ao mundo lusófono) e os encontros com os colegas em eventos aqui e ali, muito frequentemente no próprio Brasil. Há um fenômeno curioso, que é a presença de muitos brasileiros, formados parcial ou totalmente na universidade pública *no Brasil*, que chegam aos países de língua inglesa, especialmente às universidades norte-americanas, e ali se estabelecem profissionalmente. Essa presença existe há bastante tempo, é claro, mas parece ter se tornado mais forte nos últimos dez ou quinze anos.

Isso está conectado ao meu comentário sobre a possibilidade de intervenção, *a partir de fora*, no debate sobre a literatura e a cultura no meio acadêmico brasileiro, e mesmo na esfera pública, pensada mais amplamente. Insisto na imagem que utilizei há pouco: os que ensinamos literatura brasileira ou língua portuguesa fora não somos simplesmente divulgadores; o espaço da reflexão existe e está invadido por debates pouco conhecidos no Brasil, o que torna possível pensar numa reflexão produzida fora, que regresse ao Brasil, mas o faça “contaminada” pelas referências locais, ou “forâneas”. O

interessante é que o “local” em questão fica “fora”, embora não deva ficar “de fora”: é aquele espaço da sala de aula em que convivemos com alunos estrangeiros, mas é também o ambiente dos departamentos de línguas e literaturas estrangeiras, bem como os programas de estudos de área (programas de estudos latino-americanos e caribenhos etc.). Basta que se pense em quantos dos “brasilianistas” (brasileiros ou não) trabalhando nos países de língua inglesa, por exemplo, são também “latino-americanistas”, isto é, o quanto tais pessoas já estão mergulhadas num plano em que se borram as fronteiras nacionais e regionais, ou mesmo linguísticas, da América “latina” (o Caribe é uma zona especial, especialmente porosa e interessante, nesse sentido). Esse apagamento ou relativização das fronteiras se transporta e codifica na produção feita a partir do estrangeiro. No torna-viagem, o tesouro fica mais rico, porque contaminado pelo Outro.

Você diz acreditar na possibilidade de os docentes de literatura brasileira situados no estrangeiro virem a contribuir de maneira mais sistemática com os debates em curso em nosso país. Me parece que é o que você próprio faz, como se constata, por exemplo, em suas constantes viagens de trabalho ao Brasil, além, evidentemente, da publicação de livros seus e da organização de obras de importantes autores nacionais, a exemplo do volume de correspondência entre Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda. Por fim, mas igualmente importante, você é um dos coordenadores da Rede Global Colaborativa “Raça e Cidadania nas Américas” (RACA), de que participam estudantes e professores da Universidade de Princeton e da Universidade de São Paulo. Pediria que comentasse essa atuação múltipla e, ao mesmo tempo, ancorada nos trópicos.

Penso que as respostas anteriores deem uma ideia do alcance do que se pode fazer de fora do Brasil e do que tenho tentado fazer, em conjunto com os colegas do campo espalhados por vários países e também em conjunto com meus colegas (professores de língua e de literatura) em Princeton.

Quanto à contribuição que se faz a partir do estrangeiro, é curioso que algumas universidades (mesmo universidades consideradas importantes) ainda sofram do preconceito linguístico e exijam, dos colegas que procuram se efetivar e progredir na carreira acadêmica, livros publicados em inglês, apenas ou principalmente. É claro que um livro produzido em inglês terá um público e um livro produzido em português terá outro. Mas há muitos leitores em comum, e a importância que cada um de nós pode almejar ter nos debates sobre a literatura brasileira não está, e não pode estar, baseada apenas na produção em inglês. Isso seria de um provincianismo atroz – o mesmo, aliás, que se estampa na ansiedade pela publicação em inglês, no Brasil. Trata-se de um balanço delicado, em que estão em jogo o poder da língua e as relações intra- e interinstitucionais.

No caso da rede colaborativa RACA (*Race and Citizenship in the Americas*), trata-se de um projeto de três anos e tem sido uma experiência enriquecedora. Financiada por Princeton e parcialmente pela USP, dirigida por mim, João Biehl, Lilia Schwarcz e Antonio Sérgio Guimarães, ela tem permitido trazer colegas e estudantes do Brasil, assim como tem levado muita gente daqui a circular pelo meio acadêmico brasileiro, na Universidade de São Paulo e para além dela. Trata-se da “atuação múltipla”, ancorada em mais de um local, a que você se refere em sua pergunta.

Em suma, penso que o melhor que fazemos e podemos fazer – os que estamos fora do Brasil, mas ensinando *sobre o Brasil* – é atuar como “mediadores”, isto é, como aqueles agentes duplos que servem a dois mundos, respondem a dois ou mais códigos e vivem a angústia, mas também o prazer, de habitar espaços em que a mais familiar das referências pode se tornar estrangeira, como num passe de mágica. O estranhamento da própria tradição, a sua exposição a outras tradições, a contaminação linguística e teórica, a insuficiência da língua e da literatura que “representamos” mostram que a própria *representação* é precária e que o melhor que temos a fazer é aprofundar a sensação de impertinência, servindo de conexão, sendo *outros* e *nós mesmos* num único tempo. Se alguma vantagem existe em estar longe dos trópicos, eu a resumiria assim: experimentar os limites da importância daquilo que carregamos é uma forma de perceber quão pequeno é o nosso tesouro, isto é, quão parecido ele é, no fundo, ao tesouro dos outros. Somente assim podemos resistir ao enfeitiçamento de nossa própria importância: notando o que é importante e feiticeiro, para além de nós e de nosso acanhado espaço de origem.